

Capitalismo contemporâneo e política social

Contemporary capitalism and social policy

R esumo

Neste texto procura-se fundamentar a dificuldade extrema de compatibilizar política social com o atual capitalismo, numa abordagem ampla destinada a fomentar a discussão em torno do que poderia ser feito na esfera da política social, mas que não seja apenas compensatório e residual. Parte-se da idéia de que capitular não faz sentido, porque seria uma postura típica de quem estuda, não sofre pobreza, mas, no outro lado, cabe vislumbrar os empecilhos formidáveis que atalham as tentativas de política social redistributiva e emancipatória. Em grande parte, algumas categorias marxistas seriam estratégicas para o entendimento da situação capitalista atual, como a mais-valia relativa e o caráter abstrato da mercadoria.

Palavras-chave: capitalismo contemporâneo, política social, democracia, mercado.

A bstract

This article seeks to analyze the extreme difficulty of adapting social policy to the current form of capitalism. It aims to stimulate a broad discussion about what can be done in the sphere of social policy, beyond compensatory and marginal programs. It is based on the idea that capitulation does not make sense, because it is a position typical of one who studies, but does not suffer from poverty. It also highlights the formidable barriers to attempts at redistributive and emancipatory social policy. It maintains that some Marxist concepts are essential for an understanding of the current capitalist situation, such as surplus value in relation to the abstract character of commodities.


Key words: contemporary capitalism, social policy, democracy, market.

Pedro Demo

Doutor em Sociologia.

Pós-Doutor, University of Califórnia-UCLA.

Professor do Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – UnB.

 hegando Lula ao poder, uma das expectativas mais solicitadas foi a de que o social estruturasse o econômico. O Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) fora demonstração desabrida de que o econômico estruturou o social, a ponto de ser considerado por alguns analistas como, de longe, o pior presidente da história da República (GONÇALVES, 2003). Esperávamos de um sociólogo pretensamente de esquerda que seu compromisso social marcasse o governo. Vimos o contrário: cuidou apenas da moeda e da reeleição. Assistimos a “renda mínima” descer ao patamar dos R\$ 15,00 (na bolsa-escola), tornando-se emblema de uma sociedade sacrificada no altar do mercado. Este emblema é tanto mais dramático, porque conjuga dupla perversidade histórica, uma ativa, outra passiva: no lado ativo, trata-se da “cara-de-pau” do governo que, juntamente com o Congresso Nacional, estabeleceu como renda mínima um mínimo absolutamente mínimo; no lado passivo, aparece a drástica pobreza política de pobres que disputam R\$ 15,00, sem perceber que não só se trata de quantia ínfima, mas principalmente imbecilizante (DEMO, 2003). Para o sistema foi um achado: é possível ter a população pobre na mão com apenas R\$ 15,00. Ao lado disso, proliferou a tramóia estatística, porque, não se podendo mudar a realidade, é sempre mais fácil mudar os dados. Houve mesmo no Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) técnicos que sugeriram, sem maior pudor, que o cálculo dos pobres e indigentes teria que ser diminuído, porque, senão, a política social se tornaria operacionalmente impraticável (ROCHA, 2000)¹. A própria distinção entre indigência e pobreza serviu, antes de tudo, para anestesiá-la sociedade, já que, com este truque categorial, a pobreza parecia diminuir pela metade, tanto mais levando-se em conta que os pobres, imitando o consumo dos mais ricos, estariam elevando em excesso suas despesas!².

Esta “brincadeira” estatística resultou no disparate já característico: enquanto no Governo FHC os indigentes eram por volta de 23 milhões de pessoas (dados para 1999) (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 24), no Governo Lula a população a ser incluída no programa *Fome Zero* superaria os 40 milhões. A ironia da história, porém, não acaba aí. O atual governo salvou alguns próceres técnicos do governo anterior, em parte no Ministério da Fazenda, em parte na área social, o que já sugere que o social jamais irá estruturar o econômico. Segundo a metáfora corrente, o governo Lula parece-se com um avião: sua asa direita funciona bem, enquanto a esquerda continua quebrada. Estamos gastando nossas melhores energias para estabilizar o mercado e a moeda, incensando a hiena que não faz mais que nos devorar. Se Lula constata na campanha eleitoral a falta de 10 milhões de empregos, corre agora o risco de deixar o governo com o dobro desta carência. Entre os fatos mais notáveis do

capitalismo contemporâneo está a tendência de crescer reduzindo emprego e precarizando trabalho.

1 Capitalismo contemporâneo

Não vou recapitular as discussões incontáveis sobre as mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo, geralmente entendidas sob epítetos como globalização, competitividade, neoliberalismo, sociedade informacional (CASTELLS, 1997, 1997a, 1998), etc. Interessa-me apenas acentuar algumas categorias marxistas de análise que detêm expressivo poder de interpretação, também para evitar a idéia comum em política social de que estaríamos frente a uma “nova questão social” (DEMO, 1997). Trata-se do mesmo capitalismo, em outra fase, prevista por Marx sob a noção de “mais-valia relativa”. Embora tenha se equivocado na data de superação do capitalismo (esperava ver isso em vida na Inglaterra), não se equivocou nas marcas mais profundas deste sistema produtivo que passaria, por conta da própria lógica do lucro e da mercadoria, da mais-valia absoluta para a relativa. Enquanto aquela era marcada pelo excesso de horas físicas de trabalho, esta expressaria a dinâmica da ciência e tecnologia, explorando, não tanto a força física, mas a inteligência do trabalhador. Marx não previu detalhes da mais-valia relativa, mas afiançou que provocaria mudanças inimagináveis no sistema produtivo, a começar pela possibilidade de produzir muito mais com menos horas de trabalho. Por mais profundas que sejam as mudanças do capitalismo contemporâneo, não inauguram outro sistema produtivo, porque apenas aprofundam o mesmo sistema estigmatizado pelo caráter abstrato da mercadoria (KURZ, 1996, 1997).

Há ironia maldita nesta evolução capitalista: após período de *welfare state*, ainda que restrito a alguns países eurocêntricos e por meros 30 anos, retorna o sistema liberal de mercado, com a mensagem inequívoca de que a sociedade só pode ser regulada por este tipo de mercado. O entusiasmo do início do *welfare state*, insuflado pela cidadania popular (educação básica universalizada, sindicalismo poderoso e associativismo consistente), acabou na melancolia de um Estado considerado pelos neoliberais como inepto para dar conta das demandas da sociedade. No fundo, não se trata de um Estado inepto, mas de um mercado que a tudo devora, Estado e sociedade. Esta marca fora prevista por Marx à letra. Nisto, nada mudou, ou melhor, ocorreu aprofundamento da trama marginalizante das maiorias populacionais. Obviamente, há mais de um século de distância, o mundo mudou muito, tornando-se ostensiva a presença do conhecimento disruptivo na sociedade e em particular no mercado (DEMO, 1999), o que acelerou o ritmo de rupturas de maneira exponencial (GLEICK, 1999; LEWIS, 2000; NAISBITT, 1999). Em termos concretos, Marx foi capaz

de prever o “capitalismo inteligente”, em sua ambigüidade típica: inteligência para expropriar o trabalho alheio, não mais apenas pela via da força bruta, mas pela via da elegância educacional (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001). Talvez não lhe fosse muito claro que a queda das horas de trabalho implicasse a queda da força de trabalho, mas em conceitos como “exército industrial de reserva” estava implícito nitidamente que no mercado capitalista jamais poderiam caber todas as pessoas que quisessem ou precisassem trabalhar. Quando o trabalho se torna também mercadoria (passagem do valor de uso para o valor de troca), o ser humano é alienado de uma de suas essências (para Marx, trabalho talvez fosse a essência propriamente dita do ser humano), tornando-se impraticável colocar o mercado a seu serviço. É da lógica do capitalismo subjugar e expropriar o trabalho.

Outra ironia foi a aposta fútil eurocêntrica de que trabalho já não seria categoria fundamental da sociedade atual, enquanto estudos atuais mostram claramente que a precarização crescente do trabalho obriga as pessoas a trabalharem tanto mais, sem falar que, para muita gente, não existe anseio mais imediato do que poder trabalhar (ANTUNES, 2000). O trabalho não es-

tá em recesso, exceto se o reduzirmos ao esforço braçal em países que elevam sua produtividade com menos horas de trabalho. Menos que reduzido, está mudando de perfil, com base em apoios informacionais decisivos e aprimoramento da qualidade formal. Assim, o fato de se poder produzir muito mais com menos horas de trabalho não implica redução do trabalho necessariamente. Pode implicar, isto sim, maior flexibilidade de trabalho, horários variáveis, altos e baixos de produtividade, outros modos de regulação dos processos e produtos, mas não declínio do trabalho como tal. Hoje teríamos de aceitar como “trabalho” o estudo, seja aquele feito por crianças, adolescentes e jovens no sistema formal, seja a recapacitação do trabalhador na empresa. A qualidade educativa formal do trabalhador é componente crucial da produtividade, ainda que não faça parte deste mesmo projeto a cidadania do trabalhador. Marx, também aqui, continua tendo ampla razão: trabalho está no centro do sentido da vida das pessoas. Mesmo sendo o trabalho tão vilipendiado no capitalismo, não se pode confundir trabalho como expressão da dignidade humana e trabalho capitalista. Também não se pode confundir trabalho produtivo com trabalho capitalista, como, de certa maneira, faz o Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA). Socialismo e

A qualidade educativa formal do trabalhador é componente crucial da produtividade, ainda que não faça parte deste mesmo projeto a cidadania do trabalhador.

comunismo não implicam cessação do trabalho, mas tão somente do trabalho capitalista, já que são definidos como “sociedade dos trabalhadores livres associados” que trabalham para si, não para o capital. É completamente inapropriado assumir que o “homem novo” não tivesse que trabalhar, já que trabalho, em sua típica ambigüidade, pode ser expressão da maior indignidade humana, como ocorre no capitalismo, bem como pode ser expressão da maior dignidade humana, como ocorreria quando é feito na lógica do valor de uso, não de troca (ROSSO, 1996).

Interessa-me acentuar aqui a contradição apontada por Marx no capitalismo: na lógica da mais-valia, o trabalho é expropriado por quem não trabalha, introduzindo neste processo alienação e coisificação irrecuperáveis. Embora a mais-valia relativa tenha tornado contexto sobremaneira mais complexo, porque há empresários que são “micro”, bem como há empregados que podem acumular capital, a regra geral é que o trabalhador gera um valor do qual só detém a parte paga em salário. Na circunstância própria do mercado capitalista, não é viável a adequação satisfatória entre oferta e demanda de mão-de-obra, do que segue o “exército industrial de reserva”, ou seja, o excedente de desempregados, que têm com função primordial rebaixar os salários. Hoje, este exército está se tornando menos industrial, dentro da lógica da globalização competitiva que privilegia o setor de serviços, mas em nada muda o esquema: no mercado capitalista é impraticável caberem todas as pessoas que precisam trabalhar. O “pleno emprego”, vigente em alguns momentos fugazes e esporádicos (por exemplo, a Alemanha do pós-guerra, que chegou a ter 3 milhões de trabalhadores estrangeiros), nunca foi prerrogativa capitalista como regra do sistema, sem falar que o bem-estar de alguns poucos países não pode ser dissociado dialeticamente do mal-estar geral do sistema. A expectativa keynesiana, longe de ser a solução capitalista, não passou nunca de “má consciência”, como bem mostra a discussão de Polanyi (2000). O mercado como regulador da sociedade é produto tipicamente capitalista, invertendo a lógica dos meios e fins.

A dificuldade de inserir as pessoas no mercado de trabalho, cuja expectativa invariavelmente foi depositada no “crescimento econômico”, sempre foi marcante. No Terceiro Mundo, a discussão girou, durante algum tempo, em torno do mercado informal, entendido como aquele que se evade da legislação protetora pública. Quando o Brasil tinha por volta de 1/3 dos trabalhadores no setor informal,

dizia-se ser um escândalo (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1996; ALVES, 1997; CAMARGO, 1996). Hoje os trabalhadores informais já são expressiva maioria. O mercado que se pretende regulador da sociedade não absorve, em sua parte formal, sequer a maioria da população trabalhadora. Os programas se sofisticam, buscando garantir oportunidades para o primeiro emprego, de reemprego, de capacitação e recapacitação, de seguro desemprego, etc., num rosário já apelativo que demonstra antes de tudo as limitações de tais políticas diante da voracidade incontida do mercado capitalista (POCHMANN, 2002, 2001). Como mostram alguns analistas (CASTELLS, 1997), a destruição de postos de trabalho é compensada, em parte, pela recriação de outros, mas a regra mais nítida é o decréscimo sistemático da capacidade do sistema produtivo de empregar, em particular frente a populações profissionalmente despreparadas (DUPAS, 2000, 2000a). Esta realidade repõe a preocupação marxista original em toda sua força: é bem possível crescer sem empregar, para não dizer, no fundo, que, para crescer, é mister desempregar (RIFKIN, 1995, 2000). Esvazia-se, amplamente, o discurso em torno do crescimento econômico. Um pedaço já foi abandonado até mesmo pelos neoliberais mais fervorosos, ao reconhecerem que crescimento não implica, jamais, redistribuição da renda. O Brasil parece ser exemplo consumado disso (HENRIQUES, 2000). O outro pedaço começa a ser colocado em xeque. Um dos exemplos mais ostensivos é, no Brasil, a produtividade agrícola, que não cessa de se elevar, empregando cada vez menos pessoas. Assim, postular crescimento econômico como condição de aumentar o emprego é apenas meia verdade, se tanto.

O mundo desenvolvido convive hoje com taxas expressivas de desemprego, apesar da relativa sofisticação da preparação profissional e dos programas de recapacitação permanente. No Terceiro Mundo o drama é duplo: grandes contingentes da população ativa, para inserir-se no mercado, precisariam preparar-se melhor, ou procurar trabalho em setores intensivos de mão-de-obra e como regra não competitivos. Assim, quando se advoga o crescimento econômico, não se leva em conta, quase sempre, a ambigüidade lancinante desta expectativa: se o crescimento ocorrer em setores competitivos e globalizados da economia, o impacto sobre o emprego é, quase sempre, mínimo; se ocorrer em setores tradicionais, o impacto sobre o emprego pode ser mais expressivo, mas, no contexto da globalização, este tipo de economia pareceria não ter futuro. É esta a discussão que tem empanado a idéia, em si muito interessante e certamente pertinente, da “economia popular” (por vezes chamada de economia solidária) (SINGER, 2001; SOUSA SANTOS, 2002a; DEMO, 2002). Enquanto para muitos não passa de resíduo capitalista, para outros expressa a esperança de alternativa (globalização não hegemônica, segundo Santos). Ecoa ao fundo a crítica clássica de Luxemburg contra as coopera-

tivas: enquanto forem pequenas, são comunitárias e giram em torno de valores de uso; mas, crescendo, fazem parte do mercado capitalista, tendem a assalariar e perdem a condição de alternativa. Esta posição é mantida, por exemplo, por Mészáros (2002), dentro da tese clássica de que, dentro do capitalismo, não haveria como procurar alternativas. Já Singer e outros (KRAYCHETE; LARA; COSTA, 2000) consideram capitalista este tipo de economia, mas, mesmo assim, no mínimo não poderia ser reduzida ao horizonte capitalista, à medida que possui outras marcas fundamentais como solidariedade, educação e cultura dos membros, posse comum dos meios de produção, etc. A importância deste tipo de economia, entretanto, é principalmente prática: é o lugar onde se pode empregar gente simples, profissionalmente despreparada.

Entretanto, a cantilena competitiva que decanta as virtudes da qualidade formal também é no máximo meia verdade, porque encobre o *upgrade* perverso do exército de reserva: nele não está apenas o trabalhador despreparado, hoje estão também muitos profissionais com nível superior, o que combina algo que é profundamente típico desta quadra histórica: decrescem não só os empregos, decresce o valor dos salários. Para os empregadores, é estratégia comum demitir para recontratar com salários inferiores, tamanho é o exército de reserva. A precarização do trabalho não atinge somente o trabalhador simples, atinge em cheio também o profissional mais sofisticado, à medida que a inadequação entre oferta e demanda de emprego se alarga. Não existe aí nova questão social, mas a mesma capitalista, em outro momento regido pela mais-valia relativa. Não apenas o braço humano é mercadoria. Agora também o cérebro o é. O caráter abstrato da mercadoria invade agora a mente das pessoas, traçando o que Hardt e Negri (2001) denominam “biopoder”. A regulação por parte do mercado capitalista penetra a alma humana, exaurindo-lhe o que haveria de mais caro, a própria vida. Bourdieu (1998) percebeu esta perversidade sob a noção de “miséria do mundo”, assim como Forrester (1997) a entendeu como “horror econômico” e Todd (1998) como “ilusão econômica”.

A pimenta mais picante deste *imbróglio* talvez seja o que se tem chamado de globalização, no aspecto em que se sobrepe aos estados nacionais, retirando deles controle sobre seu próprio sistema econômico, atrelado à dinâmica econômica mundial. Embora se exagere, por vezes, o poder da globalização, já ninguém duvida que as economias nacionais são caudatárias de torvelinhos sobre os quais não detêm controle. Ramonet (2003) reconhece que o capital que gira eletronicamente pelo mundo afora é tipicamente improdutivo, especulativo, além de estar nas mãos de cada vez menos gente. O que sempre foi marca típica do capitalismo, a concentração de renda ou a concentração do capital, torna-se hoje bem mais visível, quando menos de 20% da população mundial possuem algum bem-estar, enquanto a outra parte – a grande maioria – não só é pobre, mas

torna-se sistematicamente mais pobre. O Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU (PNUD/ONU, 1990/2003) bate nesta tecla ininterruptamente, chegando a vincular crescimento e democracia, como preconizou Sen (1999), embora o contexto neoliberal desta discussão não tenha conseguido maior credibilidade (CORAGGIO, 2000). Os governos do Terceiro Mundo gastam seu tempo cuidando da moeda e da dívida externa e interna, numa ciranda sem fim, escancaradamente perversa: cuida-se do que solapa qualquer chance de desenvolvimento social. Alimenta-se um monstro que a tudo engole. Por outro lado, não pareceria haver alternativa: quem sai fora das regras do FMI pode sofrer as sanções mais drásticas imagináveis, de tal sorte que o alinhamento é irrefreável. Nesta globalização competitiva absolutamente desigual, o Terceiro Mundo não vai além da periferia. Enquanto dentro dele uma parcela ínfima da população consegue imitar os mesmos padrões de bem-estar eurocêntricos, a população em peso é marginalizada, sob a suspeita de que, para o sistema central, é “descartável”. Estranha globalização que descarta partes e que, em termos de população, é de longe a maior parte. Não se trata, porém, de descarte, porque esta percepção ignora a trama dialética do capitalismo: o Terceiro Mundo não é excrescência, mas parte da essência capitalista. Mais que nunca, a tese marxista da alienação do trabalho parece real: o trabalho feito nos países periféricos é devorado pela máquina do cassino internacional, já tipicamente improdutivo, lembrando a relação abstrata do dinheiro como mera forma coisificada. Não tem nenhuma essência humana, mas domina os homens de alto a baixo. Trabalhamos para manter a miséria, que só faz crescer (STIGLITZ, 2002). E esperamos do crescimento econômico a redenção, lembrando a ironia de Paulo Freire: enquanto o oprimido esperar a libertação do opressor, não terá como se libertar.

Enquanto isso, o trabalho se precariza cada vez mais, à medida que o neoliberalismo impõe sua lógica da regulação da sociedade. Esta parece estar hoje aos pés do mercado, suplicando por trabalho, como se, para dar conta de uma tortura, a chance que resta é esperar por outra. Ao contrário dos primórdios do *welfare state*, quando a sociedade parecia saber confrontar-se com o mercado, hoje, tendo-se envolvido neste tipo de regulação capitalista, já sequer sonha com bem-estar, contentando-se com simples sobrevivência. Quase todos que procuram entrar no mercado de trabalho e sentem a extrema dificuldade de inserção expressam geralmente a vontade de trabalhar o que se encontra, seja lá o que for. Qualquer salário é melhor que salário nenhum. Marx percebeu o movimento globalizado do capital, e a isto contrapôs a idéia da organização internacional dos trabalhadores. A voracidade do capital é absolutamente globalizante, não respeita nada, nem a natureza, nem os seres humanos, nem os braços, nem as mentes. A tudo reduz a mercadoria e despersonaliza a sociedade, condenada a funcionar como

se fosse relação abstrata de coisas e formas. Esta relação abstrata comparece em pretensas leis de mercado que revelam, não estruturas inamovíveis, mas manipulações grotescas, como são as bolsas, os humores do dólar, o cassino especulativo. Os governos já não cuidam da população. Cuidam do mercado, como se dele proviesse alguma solução. Paparicamos nosso algoz.

2 Para além do capitalismo

A obra de Marx sobre o Capital pode ser vista, de um lado, como “crítica da economia política” (MARX, 1973), e, de outro, como contraproposta socialista (ENGELS, 1971), dentro da convicção de que o capitalismo seria sistema produtivo destinado a destruir o trabalhador, mas teria em suas próprias contradições a gestação da alternativa. Fundada em teoria materialista da história e movida metodologicamente pelo materialismo dialético (DEMO, 1995), apreendia as mudanças como resultado da dinâmica contraditória do capital, irreconciliável com as necessidades humanas básicas. Embora tenha cultivado visão excessivamente linear (em última instância, determina o econômico), o marxismo sempre aliou capacidade analítica soberba com virtude prática, porque já não bastava pensar, era preciso mudar a realidade. Obra tão vasta e forte detinha, obviamente, polêmicas formidáveis, até porque não interessava somente a qualidade da análise, mas principalmente a oportunidade de combater o capitalismo. Há mais de um século de distância, muita coisa mudou, inclusive a embocadura metodológica, hoje bem mais complexa e não linear. Entrementes, os socialismos reais entraram em colapso, revelando que não eram propriamente experiências socialistas, mas resquícios capitalistas (KURZ, 1996, 1997). Ao contrário do que muitos aludem (GORENDER, 1999; KONDER, 1989), a utopia socialista não pereceu. Pereceram versões históricas, sempre descartáveis, mas não a esperança de sociedades que não se regulem pelo mercado capitalista. Inúmeras foram as revisões marxistas, como a de Althusser (1971), Habermas (1983), Wright (1993), mas continua prevalecendo a máxima: Marx ressuscita mais facilmente em seus críticos, do que em seus seguidores.

Entre as grandes polêmicas marxistas estão o entendimento muito restritivo do Estado, por conta de sua propensão anarquista (DEMO, 1988), a noção da extirpação do poder político no socialismo (MÉSZÁROS, 2002), o objetivismo da do materialismo dialético (a participação humana na história não é componente estrutural) (WOOD, 2003), a expectativa de uma ciência da história estritamente fundada em leis e decorrente teleologia (GIERE, 1999; DE LANDA, 1997), o caráter revolucionário do proletariado e sua vocação internacionalizante (GORENDER, 1999), a administração das coisas como

desafio final de uma sociedade sem desigualdades sociais (DEMO, 2002a), o trabalho como única fonte de valor (HABERMAS, 1983), a “dialética não antagônica” (BLOCH, 1959) e assim por diante. Como produto tipicamente histórico, a sociedade de classes é superável, mas daí não segue necessariamente que se supere a desigualdade social. Hoje reconhecemos mais facilmente que as sociedades humanas não buscam apenas o direito à igualdade, mas também à diferença, seja por conta da natural biodiversidade (argumento biológico evolucionário) (BOEHM, 1999; DEMO, 2002), seja por conta da complexidade não linear das relações sociais (argumento histórico) (DEMO, 2002a). A própria politicidade da sociedade impede relações sociais lineares (DEMO, 2002b), dentro do contexto da unidade de contrários. O conceito de “classes sociais” possivelmente não possui a abrangência analítica pensada originalmente, porque não apanha a extensão e muito menos a intensidade da história da questão social (a pesquisa feminista reconhece que a desigualdade da mulher é prévia ao capitalismo e poderá permanecer depois do capitalismo, fundamentalismos religiosos, bem como regimes autoritários sempre existiram e possivelmente irão existir, mercado e Estado são florações naturais de toda sociedade, etc.), mas não perdeu, em absoluto sua estringência para analisar as sociedades capitalistas atuais, em particular as da periferia. Entretanto, o que mais chama a atenção em política social é a ausência quase sistemática desta percepção em propostas e autores que se querem marxistas, talvez sob o impacto do *welfare state*, que espargiu a futilidade de que teria redimido o Estado capitalista, cabendo à sociedade tranquilizar-se sob a proteção ampla e irrestrita estatal. Superestima-se o papel da assistência, como se fosse ideal geral das pessoas viverem de assistência, perdendo de vista uma das perspectivas mais profundas no marxismo, que é a autonomia da auto-sustentação. Estando o trabalho no centro da vida em sociedade, a dignidade social não poderia ser destacada do mundo do trabalho. Estabeleceu-se a tendência a desconfiar do trabalho, em parte porque há pessoas que necessitam de assistência independentemente do trabalho (como direito radical de sobrevivência), em parte porque a democracia precisa garantir a sobrevivência de pessoas que não podem ou não devem trabalhar, mas em parte porque se perdeu a noção da “economia política”, conceito absolutamente fundamental em Marx. Embora seja

exagero afirmar que, em última instância, determina o econômico, não é possível fazer política social sem referência à infra-estrutura econômica. Esta referência é, como regra, estranha à assistência. É notória a má vontade do ECA com respeito ao trabalho produtivo, como se fosse apenas capitalista e execrável. Com isto, montou-se visão piedosa em torno da articulação de políticas sociais sem qualquer vínculo econômico, imaginando que é possível dar conta de problemática tão excludente com água benta.

Política social devidamente articulada, sobretudo no contexto marxista, supõe vinculação econômica ostensiva, sob o risco de não ser jamais “estrutural”. É isto que permite, em outro espaço, chamar a política de educação de “universal”, sem perceber o vínculo com a infra-estrutura. Na educação básica, a oferta pública é para os pobres, tamanha é sua falta de qualidade. Na educação superior pública é para os mais ricos, tamanha é sua qualidade. Simplesmente ignoramos que a condição econômica é “determinante”, mais que as leis pretensamente universais. No capitalismo, toda política social que se esquece da referência infra-estrutural é, nisto mesmo, compensatória, ainda que não seja correto “reduzir” a sociedade aos condicionamentos infra-estruturais.

Entendo ainda que no Marxismo o desafio da cidadania detém alguma ambigüidade, porque o materialismo dialético finca-se nas contradições internas do próprio sistema produtivo, não sendo relevante a participação da sociedade. Entretanto, levando-se em conta a obra inteira de Marx, a cidadania aparece em inúmeras referências relevantes, sendo seu ponto maior a Comuna de Paris (DEMO, 1988), ao lado da organização do proletariado, da ditadura de classe, da relevância da educação, etc. Particularmente polêmica é a noção de extirpação do poder político no socialismo, tese ainda advogada por Mészáros (2002), porque parece confundir poder político com Estado ou com seu abuso pela burguesia, compreensível na visão anarquista. Na Comuna de Paris, Marx concede em duas passagens rápidas que haveria ainda poucas funções para o Estado, e investe todo seu esforço para

Entendo ainda que no Marxismo
o desafio da cidadania detém
alguma ambigüidade, porque o
materialismo dialético finca-se
nas contradições internas do
próprio sistema produtivo ...

montar o controle democrático mais estrito possível. Entretanto, a “administração das coisas” esconde esta expectativa: ao final, no socialismo e em especial no comunismo, não haveria poder político em jogo, mas apenas a necessidade de gerir a abundância. Este tipo de “linearidade” metodológica proporcionou também outra polêmica homérica

em torno da “dialética não antagônica”: em particular o comunismo seria sociedade já isenta de contradições mais profundas, do que decorreria a suspensão da unidade de contrários. O desarme da dialética significa aí funcionalismo barato, porque apenas protege o poder vigente.

Mészáros (2002) trouxe recentemente discussão renovada em torno do futuro do marxismo e de sociedades socialistas, advogando a urgência de ir “além do capital”. De modo geral, representa visão relativamente “ortodoxa”, em particular na idéia de superar o capital, quando, assim imagino, é o caso superar o capitalismo. Embora encontre suporte no Capital de Marx para esta noção, acredito que, no espírito da coisa, pretendia-se estigmatizar o capitalismo, não o capital como tal, já que este é fenômeno comum às sociedades conhecidas. Seria o mesmo que estigmatizar o Estado, em vez do Estado capitalista. Vale o mesmo para a noção de mercado: aparece em qualquer sociedade. Problema é o mercado capitalista, não o mercado como tal. Seria esdrúxulo supor sociedade sem capital, embora seja urgente inventar sociedade sem capitalismo. O que mais nos interessa aqui é a posição firme de Mészáros de que não se pode reformar o capitalismo, do que decorre ser impraticável, ao contrário do que quer Sousa Santos (2002, 2002a), uma economia social de mercado. Na verdade, Mészáros ataca a noção de “capitalismo social”, idéia comum em alguns países desenvolvidos (PRZEWORSKI, 1989, 1994, 1995). A tentativa de socializar o capitalismo tem alguma história, começando principalmente com Keynes na primeira metade do século XX, seguindo-se reiteradas tentativas de sua formalização no *welfare state*, a exemplo da Alemanha (BISKUP, 1992; BORRMANN, 1992). Persiste hoje no neoliberalismo, como “pensamento único” (SANTOS, 2000). Com efeito, observando o exemplo do capitalismo, a questão social nunca foi dominada. Ao contrário, segue exacerbada, em particular sob o rótulo da crescente concentração de renda. É certo que há uma dúzia de países dotados de bem-estar, mas este fenômeno não pode ser desvinculado dialeticamente das periferias imensas e cada vez mais empobrecidas. Mészáros critica, assim, o *welfare state*, porque, ao fundo, foi farsa: além de não resgatar o Estado capitalista, ofereceu a ilusão de que seria possível no capitalismo dar conta da questão social. Rejeita, por consequência e seguindo Luxemburg, que seja possível economia alternativa dentro do sistema capitalista, como seria a pretensão já muito antiga da cooperativa. Repele, em especial, a idéia clássica de “reformar aos pouquinhos”, porque vê nisso apenas o truque de um sistema que cede pedaços para engolir o todo. Não vê viabilidade em democracias capitalistas, porque o mercado é seu regulador. Conclama levante global de todos os oprimidos para, finalmente, superar o capitalismo.

Esta posição de Mészáros tem congruência com a postura de Marx perante os desafios da superação da

sociedade de classes. É preciso extirpar as classes ou o antagonismo de classes, não inventar estratégias que, ao fundo, as conservam sob outros rótulos. Esta maneira de ver é reforçada pelo materialismo dialético que vê a mudança como resultante endógena das contradições do próprio sistema. Não deixa de ser interessante que esta argumentação encontraria apoio na discussão biológica atual em torno da autopoiese. Embora este termo de Maturana e Varela (1994) tenha sido interpretado como “conservador” por Habermas (1982) por conta de sua implicação “sistêmica” (crítica a Luhmann), detém a propriedade de vislumbrar as mudanças como advindas de dentro para fora, do ponto de vista do observador (MATURANA, 2001; CAPRA, 2002). Os seres vivos e históricos mudam por dinâmica complexa não linear interna, não apenas sob o impacto de pressões externas, quer dizer, principalmente sob a ação de sua própria energia criativa. Esta argumentação permitiria admitir que a cidadania, como resultado da aprendizagem humana, não é algo que vem de fora, estranho, mas parte integrante da “estrutura” do ser humano. Seria, na linguagem marxista, também “infra-estrutural”. É possível “fazer história”, como o próprio Marx esperava dos proletários unidos. A análise de Mészáros poderia conter, neste sentido, algum anacronismo, primeiro porque até hoje estamos esperando, já bem cansados, pela mudança do capitalismo, fenômeno que sobreviveu a todos os seus críticos (como se costuma dizer: todos que prometeram a morte do capitalismo morreram antes, a começar pelo próprio Marx). Segundo, porque não faria sentido em apostar apenas em condições objetivas e a seguir conclamar a insurreição de todos os oprimidos. Como o próprio Marx reconheceu na Comuna de Paris, seu fracasso não se deveu apenas à impossibilidade de mudar o modo de produção, mas igualmente à imaturidade dos proletários, sua falta de organização política, sua baixa aprendizagem histórica. Terceiro, porque leva ao imobilismo, posição ainda mais ambígua, porque somente serve a quem se beneficia do sistema criticado. Quarto, porque, insistindo em ir “além do capital”, embaralha conceitos e práticas, pois não se trata de acabar com o mercado como tal, mas com o mercado capitalista. A noção de “administração das coisas” obviamente supõe mercado, embora não possa ser capitalista.

Entretanto, exageros à parte, a crítica de Mészáros possui mérito reconhecido, porque desnuda farsas gritantes da política social, a começar pelos “panos quentes” que ela em geral significa, em especial na esfera da assistência. Poucas coisas são mais contraditórias e infames que política social capitalista, ao introjetar na sociedade toda forma de subserviência às tramóias do capitalismo. Seu caráter residualista, compensatório, eventual resulta de sua tessitura capitalista, já que não advém do direito da sociedade, mas da regulação neoliberal. Quando menos, Mészáros chama a atenção para a importância crucial

das relações de mercado em toda proposta que pretende se confrontar com as classes sociais. Talvez esteja aqui sua maior contribuição, ainda que possivelmente incoerente em termos de seu objetivismo histórico: política social só pode ser confronto. Não é imaginável superar o capitalismo com políticas de ajustamento funcionalista.

3 Novos paradigmas de política social

“Novos paradigmas” é termo que tem tudo para ser “conversa fiada” ou promessa de “político”. Primeiro, não quer dizer que agora, finalmente, vamos resolver o que nunca até hoje havíamos conseguido resolver. Segundo, muito menos significa que vamos dar conta do capitalismo. Entretanto, pode representar a atitude crítica e principalmente autocrítica de repensar a política social, que mais nos acabrunha do que nos engrandece. A ascensão de novo governo, que se quer alternativo, sinaliza esta esperança e, apesar de possíveis decepções já acumuladas, podem-se captar sinais de alguma alternativa. De um lado, parece nítido o quanto é fundamental a “infra-estrutura”, tanto assim que o novo governo não fez, até agora, mais que cuidar dela e, aos olhos neoliberais, com êxito reconhecido. De outro, esfuma-se no horizonte a cantilena petista da estruturação do econômico pelo social. Parece peremptório: no capitalismo, em especial no periférico, não é possível que o social estruture o econômico. Entretanto, não é jamais o caso ensarilhar as armas.

Observando o *Fome Zero*, a proposta, apesar de lacunas gritantes, detém a sabedoria de não se fechar na assistência. Esta é imprescindível. Quem tem fome, em qualquer democracia, tem direito a se alimentar. A sociedade precisa prover. Entretanto, isto é primeiro passo. Faz parte da dignidade humana não ser alimentado indefinidamente pelos outros, nem pelo Estado, a não ser que se trate de pessoas incapazes de prover sua subsistência. Cumpre alcançar aquele patamar, no qual ou as pessoas podem comprar livremente os alimentos, ou os podem produzir. É preciso aqui resgatar idéia marxista fundamental: sendo trabalho referência essencial da dignidade humana, e sendo o comunismo a sociedade dos trabalhadores livres e autônomos, esta liberdade e esta autonomia são parte absolutamente integrante da política social. De um lado, há que evitar a arapuca liberal: fazer política social residual ou de controle da população pobre, exigindo contrapartidas e subserviências, algo comum nos assistencialismos, bem como na visão liberal do mercado como regulador da sociedade. Evidentemente, quando as assistências são devidas, são devidas independentemente do trabalho. Mas não é menos evidente que tais assistências tendem a redundar, quase fatalmente, em subserviência, já que é da lógica da ajuda ajudar mais a quem ajuda, sem falar em seu contexto capitalista (DEMO, 2000a). En-

tretanto, a arapuca neoliberal mais capciosa é a expectativa de que o mercado, por si, regula a sociedade e a torna equilibrada. Os pobres não necessitam apenas de mercado, necessitam de assistência também. Entretanto, o trabalho que não emancipa, já é vilipendiado. Neste sentido, faz parte dos novos paradigmas o desafio da “auto-sustentação” (CARVALHO; SOUSA; DEMO, 2002).

Este princípio precisa ser aplicado conforme os direitos de cidadania. Não cabe em crianças, idosos, portadores de deficiências, pessoas particularmente vulneráveis, porque faz parte da democracia que tais pessoas sejam sustentadas pela sociedade. Não podem/devem trabalhar. Mas aplica-se como regra genérica de vida em sociedade, porque faz parte da autonomia humana. Ao mesmo tempo, esta noção recomendaria resgatar o valor do trabalho, que, tende a ser interpretado, geralmente sob o rótulo depreciativo de “ética do trabalho”, como tramóia capitalista (DEMO, 2000). Ressoa nisto o fundo weberiano de apreço à concepção de trabalho produtivo do mundo nórdico protestante e que está certamente na base da voracidade capitalista que estabeleceu o predomínio do mundo eurocêntrico sobre as periferias. Esta suspeita é mais que compreensível, mas não se pode confundir trabalho produtivo como trabalho capitalista. É fundamental para as pessoas poderem trabalhar para se auto-sustentarem. Esta referência falta na maioria das políticas assistenciais voltadas em especial para jovens em situação de risco social, o que tem contribuído para a inoperância visível do ECA, por exemplo. Por outra, não cabe banalizar a questão: se tomarmos a peito a necessidade de inserção no mercado, percebemos de imediato que, se a mera assistência não cabe, porque já é assistencialista, é um tormento não menos dramático conseguir lugar minimamente adequado de trabalho. É fácil dizer que, para conseguir o resgate de adolescente em conflito com a lei, seria necessário inseri-lo no mercado, em especial sua família, ou pelo menos incluir algum esquema de auto-sustentação (bolsa, por exemplo). Aparece aí a contradição capitalista em toda sua crueza: não há trabalho decente disponível e os recursos aplicados nessas áreas são caracteristicamente residuais. Mesmo assim, este reconhecimento não retira a urgência de incluir em qualquer programa social mais profundo a referência do mercado.

O marxismo entenderia como necessidade de mudar o modo de produção. Esta expectativa é, em si, correta e imprescindível, mas não pode ser transformada em imobilismo, como se política social somente fosse cabível após a mudança de modo de produção. Implica, certamente, em rever relativamente certas premissas marxistas de propensão excessivamente objetivista, segundo as quais o modo de produção muda por si, através de suas próprias contradições internas, não sendo relevante a participação social. Basta lembrar que Althusser retirou desta premissa todas as conclusões surpreendentes e mesmo agressivas, como a noção de que Marx não teria sido humanista

(ALTHUSSER; BALIBAR, 1970). Todavia, se entendermos a cidadania como também “infra-estrutural”, porque parte de politicidade humana, é possível “fazer” história, embora sempre dentro de condições também objetivas. É preciso, pois, agir dentro do sistema, com o cuidado obsessivo de não ser tragado por ele. Esta é a questão mais interessante que Sousa Santos coloca, ao conclamar a globalização não hegemônica: corre todo dia o risco de se perder na globalização hegemônica, mas isto não lhe retira urgência e propriedade. Entre os déficits mais graves da política social atual é a baixa de cidadania, em termos de refluxo dos sindicatos e associações (DUPAS, 2000; DEMO, 2001). Um dos desafios mais fundamentais dos novos paradigmas está no reconhecimento da relevância da politicidade da pobreza (DEMO, 2003). Carências materiais são dramáticas, mas ainda mais dramática é a carência política, ou seja, a condição de massa de manobra dos pobres. A pobreza mais profunda é a manipulação do ser humano, a exemplo do que Marx via na manipulação do trabalho alheio, pela via da mais-valia. Esta é a alienação que soterra o pobre sob o chão do opressor, fazendo com que espere sua libertação do próprio algoz, assim como fazemos, concretamente, com respeito ao mercado: cuidamos dele todo dia para que nos destrua todo dia.

Ao lado da sobrevivência, é crucial a cidadania do pobre, o que recomendaria alargar enormemente o lastro das políticas sociais. Primeiro, não se encerram em iniciativas do Estado. Do ponto de vista da cidadania, Estado é instrumento, não fundante da cidadania, ainda que não se possa interpor aí qualquer dicotomia. O confronto de classes exige políticas que desbordem o espaço estatal, como são os associativis-

mos, não para denegrir ou desfazer o Estado, mas para os qualificar. Os associativismos não estão fora do Estado, nem do mercado, porque, sendo fenômenos histórico-estruturais, fazem parte de qualquer sociedade intrinsecamente. Mas lhes cabe o controle democrático sobre Estado e mercado, em nome da cidadania que é seu fundante em termos de qualidade histórica. Segundo, é fundamental postar-se criticamente com respeito às iniciativas neoliberais ao estilo do “Terceiro Setor”, “responsabilidade social” das empresas, “voluntariado”, não só porque pretendem privatizar o público (também o estatal), mas principalmente porque espargem a expectativa capciosa de que classes sociais se tratam com propostas residuais ou piedosas

(MONTAÑO, 2002). Fazem parte do paradigma da regulação da sociedade pelo mercado. Não é o caso criticar o voluntariado como tal, porque pode ser expressão das mais legítimas da cidadania, mas não se pode aceitar sua exploração neoliberal. Caberia, por isso, rever certos procedimentos repetitivos em política social, como a noção de “sociedade civil”, porque intercala dicotomias irreais, das quais se aproveita hoje, por exemplo, a noção abusada de “Terceiro Setor” (DEMO, 2002), ou a noção de Estado como garantia da cidadania, não só porque, no marxismo, isto seria blasfêmia (esconde seu caráter capitalista), mas principalmente porque elide a necessidade de controle democrático, ou o universalismo pretense de políticas que acabam privilegiando os mais ricos, ou a focalização de estilo neoliberal, porque reserva para os pobres as políticas mais pobres. Entretanto, no contexto da luta de classes, devem existir políticas sociais “focalizadas”, porque não se redistribui renda sem arrancar renda dos mais ricos. Não cabe tratar, indiscriminadamente, ricos e pobres de modo igual. A focalização, todavia, para ter sentido precisa ser comandada pelos interessados.

Faz parte desta mudança de paradigma o compromisso redistributivo, para além do meramente distributivo. Este se contenta em distribuir sobras orçamentárias, compensatórias e residuais. Aquele exige tocar profundamente o espectro das desigualdades, mexendo com os mais ricos. É vão esperar isso do próprio mercado. Nisto o marxismo é inequívoco. Para haver redistribuição de renda é imprescindível a cidadania do trabalhador, capaz de se organizar e impor projeto alternativo de sociedade e economia, sem falar na superação do capitalismo. A mensagem é nítida: é essencial

O mundo desenvolvido convive hoje
com taxas expressivas de
desemprego, apesar da relativa
sofisticação da preparação
profissional e dos programas
de recapacitação permanente.

que a cidadania regule o mercado, vista na “ditadura do proletariado”. A mudança de modo de produção implica esta guinada. Como regra, no capitalismo, as políticas sociais se enredam nas diatribes de classes, tendendo a favorecer mais aos mais favorecidos, também nas políticas ditas universais. Quando são ruins, ficam para os pobres. Quando são de qualidade, são apropriadas pelos ricos. Mas a razão mais fundamental é dialética: para haver redistribuição de renda é mister devido confronto. Não decorre do mercado, nem do Estado, mas da capacidade histórica de organização popular. Não implica, necessariamente, violência física, mas implica a violência do confronto. Esta é intrínseca à cidadania, porquanto, quem não

se confronta, corre o risco de se tornar solidário com o opressor. O confronto, todavia, precisa ser estratégico: i) não pode ser feito de tal modo que a derrota seja certa, e isto poderia justificar, até certo ponto, o cuidado com a estabilidade da moeda e do dólar (a asa direita do avião de Lula) – a margem de manobra dos governos é mínima; ii) qualquer confronto precisa, como diria Sousa Santos (2002), ser globalizado – só faz sentido em rede globalizada de reação conjugada; iii) base popular ampla é condição imprescindível, porque confronto coletivo implica mobilização, e isto o atual governo parece ter em proporção elevada, ainda; iv) alguns programas específicos, como *Fome Zero*, combate ao analfabetismo, direitos humanos, são cruciais, porque sinalizam o empenho do governo em áreas secularmente críticas, acenando que o governo como um todo está empenhado – o social precisa sair da periferia ministerial e ocupar o palácio; v) pressão cerrada sobre os poderes constituídos (controle democrático) torna-se peça chave, a exemplo da destituição de senadores em 2001, controle externo do Judiciário, aplicação da responsabilidade fiscal em prefeituras (controle das contas dos prefeitos); vi) contrapor-se ao mercado é absolutamente estratégico, não no sentido leviano de “bagunçar” ou de brincar à-toa com as forças capitalistas mais selvagens, mas no sentido de que mercado precisa ser conduzido à posição de instrumento da política social – é preciso arrumar a idéia de que a sociedade deve intervir no mercado, desde que seja de maneira responsável, implicando, por exemplo, salvaguarda dos empregos, resgate do sindicalismo, exploração de áreas econômica e socialmente promissoras (turismo, por exemplo), ocupação de regiões que admitiriam amplos projetos de desenvolvimento sustentável, etc.; vii) como emprego é comodidade cada vez mais rara, o confronto precisa dedicar-se especificamente a esta causa, incluindo a economia popular também, o espaço das microempresas, sem falar da adequação dramática entre ritmos competitivos de produção (facilmente desempregadores) e outros mais tradicionais (mais empregadores); viii) é essencial enfrentar chagas abertas seculares como fome, analfabetismo e baixa aprendizagem, agressões aos direitos humanos, violência urbana, corrupção de espaços públicos e privados, miséria da saúde popular, aposentadorias ínfimas, exclusão de crianças e adolescentes, também para sinalizar que as necessidades básicas da população vêm antes de tudo, literalmente; ix) como solidariedade pode ser efeito de poder (DEMO, 2002), o confronto é imprescindível para não nos tornarmos solidários com os algozes, condição típica hoje da solidariedade que temos para com o FMI e seu séqüito (CAUFIELD, 1998).

Embora me pareça balela imaginar que o social estrutura o econômico no capitalismo, nem por isso deixa de ser idéia de força fundamental, no sentido de empurrar a história. Vivemos hoje drama encardido, pois o

número de pobres se tornou astronômico, atingindo a maioria da sociedade. Já não nos preocupamos com pessoas pobres, mas com sociedade pobre. É diferença fatal com respeito a países onde os pobres são minoritários. Decorre daí que tudo que fazemos, parece nada, e, no fundo, é. Como tamanho empreendimento não pode ser colocado de pé de maneira imediata, é preciso começar da maneira mais adequada possível. Primeiro, o recurso à assistência é fundamental, além de inevitável. Segundo, é imprescindível ir além da assistência, para atingir, aos poucos, os patamares da auto-sustentação e da emancipação. Neste sentido, políticas voltadas para educação popular, cultura, informação, comunicação, são estratégicas, porque podem contribuir para forjar o sujeito capaz de história própria. “Política social do conhecimento” (DEMO, 1999a) vai tornar-se referência central, porque representa parte crucial da formação do sujeito que sabe pensar e intervir. Desafio capital da política social é o combate à massa de manobra. Corresponde este horizonte a dar conta da cidadania como componente “infra-estrutural” da política social.

À luz dessas idéias, é preciso trabalhar também o lado preventivo, o que recomendaria assumir de vez a “prioridade absoluta” da Constituição: as crianças. Teríamos, ademais, aqui a política assistencial mais fundamental, possivelmente preventiva e emancipatória, ao lado do anseio educacional e outros correlatos. A indignidade de uma sociedade se “mede” principalmente em como trata suas crianças, idosos e portadores de deficiências. De tudo, porém, a maior vítima social é sempre a criança que não pediu para vir ao mundo e recebe dele todos os maus tratos imagináveis. O Brasil colhe hoje, em especial em sua criminalidade espantosa, o que planta nas “infâncias perdidas”. Embora seja difícil calcular as perdas por falta de políticas sociais preventivas, em particular para a infância, não é difícil perceber que a população brasileira é doente, muito mal preparada para o trabalho, mora em condições precárias, não come adequadamente, acumulando-se, por esta via, disparates sem fim e que custam sempre muito mais do que qualquer gesto preventivo. É, porém, de nossa história correr atrás de fatos consumados, como já é típica a situação da criminalidade urbana, em especial em grandes cidades, nas quais é inequívoco o poder paralelo do crime organizado.

Olhando a história, em particular o início do *welfare state*, pareceria convincente que este tipo de Estado só foi possível, para além de condições infra-estruturais bem favoráveis (plano Marshall), com a universalização da educação básica, a presença avassaladora de sindicatos bem organizados e fortes, a influência do associativismo na população em geral, ao lado de governos que, à época, eram chamados de “socialdemocracias”. O *welfare state*, assim, foi colheita pertinente de anos de luta em torno da superação da massa de manobra, fazendo emergir uma

população capaz de história própria. Este pano de fundo condicionou profundamente o efeito redistributivo do sistema produtivo, ao lado de abrir oportunidades amplas de inserção no mercado de trabalho, acompanhadas de seguro-desemprego exemplar. Tudo isso não bastou para redimir o capitalismo. Mas, teve de ceder à pressão da cidadania. Mais tarde, refluindo esta cidadania, também sob a sonolência provocada pela proteção estatal, e aumentando o nível de gastos sociais, o capital passou a reagir, no sentido de recuperar o Estado para sua regulação. O neoliberalismo tem aí sua maior razão de ser: resgatar a prevalência do mercado capitalista sobre a sociedade. Na verdade, as críticas feitas ao Estado foram sempre superficiais e tópicas, encobrindo o fato mais fundamental: não temos cidadania suficiente para dar conta do mercado e do Estado. Ainda, não se pode esquecer que este fenômeno foi muito localizado e breve, não podendo servir como norma capitalista, em absoluto. Mostrou, porém, a importância crucial do Estado para as políticas sociais, em especial as universais. Este reconhecimento, que hoje precisamos resgatar com a devida audácia, não pode elidir mazelas do Estado, dificilmente piores que as dos setores privados, mas igualmente preocupantes, como corrupção por vezes inaudita, privilégio de segmentos tecnocráticos, “direitos adquiridos” escusos, baixa qualidade dos serviços prestados, e assim por diante. Já sabemos, de sobra, que os intentos de “privatização” foram, como regra, muito mal sucedidos, não só porque pioraram a oferta, como sobretudo dificultaram ainda mais os acessos. Entre as coisas mais bizarras do neoliberalismo está a proposta sórdida de que pode assumir a “responsabilidade social”, reduzindo os espaços públicos. O Estado precisa ser controlado democraticamente, não desfeito.

Para que políticas sociais possam atingir qualidade redistributiva e emancipatória, *primeiro* é mister manter políticas universais que plantem direitos fundamentais da dignidade humana, como educação, saúde, segurança pública e previdência. Os países eurocêtricos possuem alguma tradição nesta parte, porque, apesar de serem capitalistas, souberam implantar sistemas de acesso universal, mesmo que a argumentação de fundo tivesse geralmente sido de teor econômico (qualidade do trabalhador para o sistema produtivo) (FALEIROS, 1986). A qualidade que tais

democracias possam manifestar está muito vinculada a esta qualidade da população. No fundo, funciona o argumento de que, para termos sociedades igualitárias e democráticas, é imprescindível população que sabe pensar, tem saúde, bem-estar material, mais ou menos na linha defendida pelo Relatório do Desenvolvimento Humano, baseada em três indicadores estratégicos: educação, longevidade e poder de compra. Ao mesmo tempo, esta qualidade da população é o fator mais decisivo para impactos redistributivos, que não advêm do mercado, mas do controle democrático popular sobre mercado e Estado. No Brasil, ainda não acertamos o passo. Nossas políticas públicas sociais ou são de qualidade tão baixa que somente interessam ao pobre, ou, quando qualitativas, são apropriadas pelos mais ricos, deturpando completamente o sentido da coisa. É pouco compreensível, por exemplo, que se aprenda tão pouco em nossas escolas, a maioria das crianças na 8ª série não entenda o que lê, a distorção idade/série atinja maiorias em certas regiões, sem falar na condição deprimente dos professores (mal formados e mal remunerados).

Segundo, é preciso também saber focalizar, em sentido ostensivamente redistributivo e dentro da máxima de não tratar de modo igual gente tão desigual. A focalização é problema sempre que feita de cima para baixo, ao sa-

bor da regulação do mercado. Mas é imprescindível quando comandada pelos próprios interessados (a exemplo do MST), já que não é possível impor impactos redistributivos sem prejudicar aos mais ricos. Não é cabível que a grande maioria dos aposentados receba salário mínimo, porque não serve nem para comprar os remédios, bem como não é aceitável que pessoas passem fome, num país conhecido pela capacidade crescente de produzir alimentos. No campo da assis-

tência é urgente dar conta dos segmentos mais específicos que necessitam de assistência permanente, em particular crianças, portadores de deficiência e idosos, para que se possa, no prazo menor possível, equacionar tais direitos. Assistência não se restringe a isso, obviamente, mas é fundamental fazer o fundamental, para que os recursos, geralmente residuais, não se dispersem mais ainda. A dívida maior talvez seja com crianças e adolescentes, considerados na Constituição como “prioridade absoluta”. Estamos longe, muito longe, de dar conta desta problemática. Enquanto é mister combater a focalização

Para que políticas sociais possam
atingir qualidade redistributiva
e emancipatória, *primeiro* é mister
manter políticas universais que
plantem direitos fundamentais da
dignidade humana, como educação,
saúde, segurança pública e
previdência.

neoliberal (de cima para baixo), é fundamental defender a focalização democrática (de baixo para cima).

Por vezes ocorre, como alertam os neoliberais, que o maior problema não são recursos, mas sua malversação. Com certeza, isto ocorre, mas o fato mais crucial é sua falta, de alto a baixo. A área social não dispõe dos recursos necessários, desde sempre, mesmo naquelas que possuem reserva constitucional, como educação. Temos aí claro círculo vicioso: para inibir a corrupção, é mister severo controle democrático, e este depende basicamente da qualidade política da população, um dos desafios mais essenciais da política social. Na sociedade intensiva de conhecimento, é importante preparar a população para este desafio, que, na verdade, é a porta da frente para se entrar no Primeiro Mundo. A prova de fogo será sempre como controlar democraticamente mercado e Estado. Ambos estão mancomunados no delírio do capital. Cabe à sociedade recapturar o mercado, para que este se mantenha como meio. É a sociedade que precisa regular e qualificar mercado e Estado.

Para concluir

Qualquer que seja o governo, de direita ou de esquerda, será difícil ter êxito. Os problemas são de tal ordem, que toda iniciativa acaba passando longe deles. Tomemos o caso do desemprego, que está afogando a sociedade atualmente. Se faltam 10 milhões de empregos, como se aludia na campanha de Lula, é muito difícil imaginar como se incluiria esta massa humana no mercado, se levamos em conta que esta demanda, em sua grande parte, não cabe na economia competitiva globalizada. A busca por "crescimento econômico" é apenas meia verdade, não só porque é possível crescer e concentrar renda, como sobretudo porque é possível crescer reduzindo emprego. Concretamente, a redução do emprego e com isto também do valor dos salários é estratégia crucial da economia competitiva. A questão de base é, assim, o capitalismo. Parece-me que a argumentação fundamental de Marx continua de pé, mais que nunca. Hoje, quando a produtividade alcançou patamares nunca vistos com a conjugação fina de conhecimento inovador e mercado produtivo, percebe-se que este sistema produtivo nada tem a ver com as necessidades básicas da população. Esta é mercadoria, como tudo para o mercado. Em meio a luxos inconcebíveis de ínfimas minorias, vegetam mais de 80% da população mundial em pobreza lancinante e crescente. Superar o capitalismo é condição *sine qua non*. Este reconhecimento inevitável não pode, porém, desandar em imobilismo. Mostra claramente o que Sen (1999) aludia da ótica neoliberal: a razão de ser do mercado é a democracia. Se esta relação não for conquistada, política social será "efeito de poder": em vez de colaborar com os marginalizados, apenas confirma a marginalização.

Recebido em 08.11.2004.

Aprovado em 16.02.2005.

Referências

- ALTHUSSER, L. *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo XXI, 1971.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Para leer el capital*. México: Siglo XXI, 1970.
- ALVES, E. (Org.). *Modernização produtiva & relações de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA, Brasília, 2000, p. 21-47.
- BISKUP, R. et al. *Economia social de mercado: um modelo transferível?* São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1992.
- BLOCH, E. *Das prinzip hoffnung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1959, 2 v.
- BOEHM, C. *Hierarchy in the forest – the evolution of egalitarian behavior*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- BORRMANN, A. et al. *Desenvolvimento econômico com justiça social: a economia social de mercado*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1992.
- BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAMARGO, J.M. (Org.) *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CAPRA, F. *As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARVALHO, D.B.B.; SOUSA, N.H.B.; DEMO, P. *Novos paradigmas em Política Social. Política Social – I*. Brasília: UnB, 2002.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society – The information age: economy, society and culture*, v. I. Oxford: Blackwell, 1997.
- _____. *The power of identity – The information age: economy, society and culture*, v. II. Oxford: Blackwell, 1997a.
- _____. *End of millennium – The information age: economy, society and culture*, v. III. Malden (MA): Blackwell, 1998.

- CAUFIELD, C. *Masters of illusion – The World Bank and the poverty of nations*. New York: Henry Holt and Company, 1998.
- CORAGGIO, J.L. *Desenvolvimento humano e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DE LANDA, M. *A thousand years of nonlinear history*. New York: Swerve Editions, 1997.
- DEMO, P. *Participação é conquista – noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. *Conhecimento moderno – sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Política social do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. *Educação e trabalho – uma tentativa de ver o trabalho com bons olhos*. São Paulo, 2000. Disponível em <www.cultvox.com.br>.
- _____. *Educação pelo avesso – assistência como direito e como problema*. São Paul: Cortez, 2000a.
- _____. *Cidadania pequena*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- _____. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Introdução à Sociologia – complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. São Paulo: Atlas, 2002a.
- _____. *Politicidade – razão humana*. Campinas: Papi-rus, 2002b.
- _____. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- DUPAS, G. *Economia global e exclusão social*. Rio de Jnaeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1971.
- FALEIROS, V. P. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GIERE, R.N. *Science without laws*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- GLEICK, J. *Faster – The acceleration of just about everything*. New York: Pantheon Books, 1999.
- GONÇALVES, R. *A herança e a ruptura – cem anos de história econômica e proposta para mudar o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
- HABERMAS, J. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982, 2 v.
- _____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. São Paulo: Record, 2001.
- HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000.
- KONDER, L. *A derrota da dialética*. São Paulo: Editora Campus, 1989.
- KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KURZ, R. *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LEWIS, M. *The new new thing – A Silicon Valley story*. New York: W.W. Norton & Company, 2000.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *De máquinas y seres vivos – Autopoiesis: la organización de lo vivo*. Santiago: Editorial Universitaria, 1994.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NAISBITT, J. *High tech, high touch – technology and our search for meaning*. New York: Broadway Books, 1999.
- PNUD/ONU. 1990/2004. *Human Development Report*. New York, UN, 2004.
- POCHMANN, M. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade – novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A década dos mitos – o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

POLANYI, K. *A grande transformação* – as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAMONET, I. *Guerras do Século XXI* – novos temores e novas ameaças. Petrópolis: Vozes, 2003.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos* – o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Rio de Janeiro: Makron Books, 1995.

_____. *The age of access* – the new culture of hyper-capitalism where all of life is a paid-for experience. New York: Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000.

ROCHA, S. Estimação das linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000, p. 109-127.

ROSSO, S. D. *A jornada de trabalho na sociedade* – o castigo de Prometeu. São Paulo: LTr, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização* – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SEN, A. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. *A Economia Solidária no Brasil* – autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA SANTOS, B. (Org.). *Democratizar a democracia* – os caminhos da democracia participativa, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (Org.). *Produzir para Viver* – Os caminhos da produção não capitalista. V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

STIGLITZ, J. E. *A Globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M.A. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva* – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TODD, E. *A ilusão econômica* – ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo* – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WRIGHT, E.O. *et al. Reconstruindo o Marxismo* – Ensaio sobre a explicação e teoria da história. Petrópolis: Vozes, 1993.

Notas

- 1 *Tendo por base as informações da despesa..., a adoção das cestas alimentares observadas, que correspondem à ingestão recomendada de calorias, leva a delimitar como indigente uma percentagem muito elevada da população, especialmente no Nordeste. Para evitar este resultado, que implicaria usar parâmetros de renda elevados, portanto de pouca utilidade para delimitar uma população prioritária para fins de políticas sociais, autores têm recorrido a procedimentos diversos visando à redução do valor da cesta alimentar, sem que isso signifique abandonar o princípio essencial de utilização do consumo alimentar observado (ROCHA, 2000, p.113). Certamente a resistência que se verifica no Brasil em adotar os dados observados de despesa não-alimentar está associada ao fato de esses conduzirem a linhas de pobreza muito elevadas, operacionalmente pouco úteis para delimitação da população pobre, monitoramento da evolução da pobreza ou avaliação de impactos de políticas sociais focalizadas nos pobres (ROCHA, 2000, p.117).*
- 2 *Na verdade, tanto a crescente urbanização como o efeito demonstração do consumo das camadas mais abastadas da população influenciam a estrutura de consumo dos mais pobres numa sociedade marcada por elevada desigualdade de renda. Isso tem provocado a elevação do valor das outras despesas a níveis incompatíveis com sua utilização no estabelecimento da linha de pobreza. Nessas circunstâncias, as alternativas são as de utilizar a linha de indigência como parâmetro básico, em vez da linha de pobreza, ou aceitar a adoção de uma componente crescentemente arbitrária no estabelecimento do valor associado ao consumo não-alimentar (ROCHA, 2000, p. 119).*

Pedro Demo

pedrodemo@uol.com.br

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais

Asa Norte

Brasília – DF

CEP: 70910.900